

Imprensa piauiense: atuação política no século XIX

Lavina Madeira Ribeiro*

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

O livro *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*, de Ana Regina Barros Leal Rêgo, consiste num trabalho minucioso sobre a estrutura e a dinâmica da imprensa piauiense do século XIX. Trata-se de uma publicação sem precedentes na área, que oferece a oportunidade de conhecer em profundidade uma fase importante do jornalismo piauiense.

A autora constrói este mapa detalhado da imprensa piauiense a partir de pesquisa dividida em dois eixos principais de análise: investiga as relações entre a imprensa e a elite política piauiense e se debruça sobre os conteúdos impressos mais expressivos.

Na análise da relação entre imprensa e elite política piauiense, tem-se um levantamento criterioso, um estudo histórico-genealógico substantivo sobre a estrutura do poder dominante no cenário político piauiense no período Imperial. De fato, tal estudo identifica os núcleos familiares hegemônicos e suas estreitas ligações com o Estado e os partidos políticos. São os integrantes dos referidos núcleos familiares que ocupam os cargos da burocracia estatal e do parlamento local, assumindo importância decisiva sobre o estudo da imprensa piauiense, à medida que se tornam os principais personagens a dominarem tanto a sua estrutura – ou seja, atuando como jornalistas –, como também seu conteúdo, como objeto dos temas tratados pela imprensa.

Pode-se, então, perguntar: qual a importância da imprensa no século XIX, em termos de realidade brasileira? O questionamento procede à medida que se conhece um pouco da sua origem. Afora a experiência de Hipólito da Costa, com o seu *Correio Braziliense*, o jornalismo começa a florescer no Rio de Janeiro entre junho de 1821 e dezembro de 1822, com algumas dezenas de pequenas folhas que

* Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

circulam, precariamente, defendendo a causa anticolonialista. Já existiam, à época, nessa cidade, sete tipografias pertencentes a comerciantes portugueses, ex-tipógrafos da Imprensa Régia, livreiros e acadêmicos, a maioria instalada entre os anos de 1821 e 1822, com suas prensas a serviço do jornalismo político emergente. A 9 de março de 1821, a Corte Portuguesa decreta a liberdade de imprensa. D. Pedro, numa atitude inesperada, fundamentada na já conhecida decisão das Cortes, decreta o fim da censura prévia no Brasil.

E é exatamente em 1821 e 1822 que se desenvolve nas principais cidades brasileiras uma imprensa essencialmente política. Os leitores das primeiras folhas são proprietários rurais e de escravos, comerciantes, magistrados, militares e funcionários públicos, conjunturalmente unidos contra o arbítrio português. Declarada a independência do país, a primeira Constituição de 1824 já estabelece o princípio de liberdade de expressão pública. Isto significa que, muito cedo, a prática jornalística é constitucionalmente prevista, admitida e regulamentada.

É significativo observar que, com apenas quatro anos de existência efetiva, a imprensa brasileira já tem dispositivos legais que lhe asseguram o lugar que, institucionalmente, lhe é peculiar até os dias atuais. São, sobretudo, proprietários rurais, funcionários do Estado, profissionais liberais e o clérigo que insuflam o movimento separatista, apóiam o regime monárquico-constitucional e legitimam a liberdade de imprensa. Muitos deles lutam por razões econômicas, por exemplo, contra o retorno ao regime de monopólio comercial – mas isto não implica, necessariamente, numa ruptura com o sistema monárquico. Outros lutam por um ideal de liberdade, sem motivações propriamente econômicas, mas individuais e coletivas, ligadas a um nativismo nacionalista.

As agitações políticas que se sucedem até a abdicação do trono contribuem, por um lado, para a formação de um espírito de corporação e, por outro, para a aproximação e, mesmo, para a confusão de fronteiras entre imprensa e Parlamento. Remonta a esse período conturbado – quando a imprensa, mesmo sob o freqüente cerceamento de suas atividades, participa direta e incisivamente das mudanças de ministérios contra o Imperador e suas indecisas deliberações – a consolidação da presença institucional da imprensa na tematização do perfil das instituições político-administrativas do país.

Conhecida a importância da presença da imprensa na vida política nacional, entende-se o interesse de Ana Regina em buscar o modo específico como se dá esta presença em solo piauiense. No entanto, para identificar o comportamento da imprensa piauiense, a autora precisa conhecer, simultaneamente, a estrutura do poder político vigente. Neste sentido, apresenta longa e detalhada descrição da origem e da formação da elite política do estado, em busca dos indicadores precisos das forças dominantes do cenário político da época. E realmente são nos núcleos familiares que estão as respostas sobre a estrutura de poder vigente. São as famílias que dominam o espaço político. Seus bacharéis e militares ocupam os principais cargos estatais, controlam os partidos políticos e são, assim, os personagens centrais da vida política piauiense da fase Imperial.

Porém, este quadro de tutela familiar não é um caso isolado na historiografia da imprensa brasileira. A imprensa do período Imperial é toda marcada por uma profunda confusão de fronteiras entre o jornalismo e a burocracia estatal. Neste sentido, durante o período do Império, é inseparável a qualidade e a importância da atuação política da imprensa daquela promovida pelo Parlamento. Este procedimento torna-se uma das características marcantes das práticas políticas e jornalísticas do período. É através dele, que a imprensa, gradativamente, incorpora valores, princípios, incumbências e comportamentos próprios dos segmentos políticos envolvidos na construção do Estado, nobilitando-se. Ela inclui-se então entre as atividades socialmente prestigiadas, projetando-se como agente ativo no processo político e equiparando-se em representatividade pública ao Parlamento.

Os jornalistas, liberais e moralistas, vinculados a grupos políticos, muitos deles eleitos para o Parlamento e escolhidos para funções públicas em certos períodos de tempo, de acordo com o andar das marés, conservadores ou liberais, não se confundem com as grandes populações escravas e iletradas do país. Os jornalistas integram a restritíssima camada de indivíduos com formação de nível superior, constituída por advogados, juizes, procuradores, padres, médicos, cirurgiões, professores e homens de letras, oficiais militares, altos funcionários públicos, além de parte reduzida dos capitalistas e proprietários.

Os jornalistas compartilham muitas das características de formação e comportamento da elite política brasileira, decorrentes não propriamente da origem social de seus integrantes, mas do tipo de educação, treinamento e carreira a que se submetem, coagidos que são, à época, de integrar a burocracia estatal ou o Parlamento, considerados de prestígio público e de sustento econômico.

No Piauí, o estudo de Ana Regina comprova a existência de inúmeros jornais no período Imperial. Os políticos piauienses reconhecem muito cedo, desde a década de 30 (século XIX), que a imprensa constitui instrumento importante para a legitimação de interesses e formação de opiniões. Divididos entre conservadores e liberais, a exemplo de outras capitais brasileiras, todos estes jornais, patrocinados por famílias e seus partidos políticos, debatem questões ligadas à política. Seus proprietários e redatores têm sua origem nos núcleos familiares dominantes, divididos em correntes distintas. Esta confusão de limites entre jornalistas e políticos está presente no jornalismo político piauiense do século XIX.

A maioria dos jornalistas do período Imperial (os quais, posteriormente, seguem carreiras políticas) e dos políticos que se lançam no mundo do jornalismo são formados em direito. Esta característica está também presente no jornalismo político piauiense. Muitos estão em cargos públicos. Em geral, exercem a advocacia e têm o jornalismo, como fonte secundária de sustentação, assumindo-o como profissão paralela à de advogado, encontrando-se, assim, aptos tanto a concorrerem a posições junto à burocracia estatal e ao Parlamento, quanto a opinarem sobre suas deliberações, seja a partir do instituto partidário ou do jornalístico.

A política e o jornalismo abrigam confusões de fronteiras não apenas entre si, mas com todas as profissões ancoradas em exigências de qualificação educacional, abrangendo, inclusive, a Igreja. No caso particular da imprensa, sua interseção com o campo político é mais visível, face à incorporação explícita desta prática como mais um dos recursos próprios à manifestação política. Ingressar na política significa não apenas vincular-se a um grupo ou partido, mas, sobretudo, aparecer e manifestar-se publicamente por meio de discursos impressos, que circulam no interior de uma elite intelectualmente treinada para decifrar seus termos e opinar sobre eles.

Muitos dos mais conhecidos jornalistas do período Imperial tornam-se, posteriormente, políticos. Trata-se de uma mobilidade viável no interior da restrita camada de indivíduos aptos a atuarem no seletivo cenário político brasileiro. É esta mobilidade que, em grande medida, alimenta a idéia de que o jornalismo político da época, enquanto prática, configura-se, basicamente, como um instrumento do fazer político, num “fórum alternativo para a tribuna”.

Imprensa piauiense: atuação política no século XIX revela que o conteúdo destes jornais está profundamente marcado pelas oscilações de interesses dos partidos a que se vinculam. Os jornais são criados pelos partidos com a intenção explícita de dar voz aos seus interesses. O seu temário abriga tanto campanhas por causas públicas, como a educação, quanto ataques diretos a personalidades de partidos opositores.

Aqui, vale a pena retomar o jornalismo fluminense. Este está profundamente ligado à construção das instituições políticas do Império. Todas as grandes causas nacionais são levadas a público pelos jornais. A imprensa desse período histórico incorpora a retórica parlamentar e os critérios analíticos das emergentes ciências naturais e humanas (jurídicas e filosóficas, principalmente) para justificar seus argumentos em favor das causas nacionais. Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva, Tavares Bastos e Ruy Barbosa, entre tantos outros, são exemplos deste empenho de auto-esclarecimento político global publicamente realizado. A abolição, o federalismo, o reformismo liberal, as questões militares e religiosas, e o republicanismo constituem bandeiras que fomentam a continuidade histórica do jornalismo como instrumento de luta política.

O jornalismo de bandeiras, manipulado como instrumento de luta, cristaliza-se como recurso próprio de partidos, grupos e setores da elite que dele se valem como meio de ascensão na esfera pública, de defesa de princípios que buscam firmar um perímetro para o que deveria ser consensualizado como a nacionalidade brasileira.

Estes grandes temas também estão presentes na pena dos jornalistas piauienses, mas o que prevalece nas folhas destes periódicos são, substantivamente, agravos imediatistas, numa linguagem agressiva e direta de confronto. Há um trecho de Ana Regina que resume, de forma interessante, este tipo de embate:

“[os textos jornalísticos] expõem, explicitamente, suas opiniões em confronto com as dos outros. Falando sobre os modos de dizer da folha opositora, sempre, acusam-na de inverídica e deturpadora da verdade. Como as denúncias são recíprocas, infere-se que os modos de dizer são similares, como também o sentido. Trocando o nome dos jornais, decerto, não seria possível distinguir a quem pertence este ou aquele discurso, a não ser pelas marcas político-partidárias e pelas denominações dos próprios periódicos”.

Enfim, *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX* oferece um quadro bem elaborado sobre a imprensa piauiense e, decerto, pode nortear novos estudos acerca deste passado. É uma referência indispensável para a investigação histórica do jornalismo piauiense e, portanto, contribuição valiosa para o acervo desta área do conhecimento.